

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2011

Em 27 de maio de 2011, foi concluída a aquisição pelo BTG Pactual da totalidade das ações de emissão do Panamericano de titularidade da SSP e da BF. Ademais, em 13 de junho de 2011, o Bacen aprovou de forma definitiva a transferência de ações acima mencionada, retroativamente ao mesmo dia 27 de maio de 2011.

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração do Banco convocou uma Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para o dia 18 de janeiro de 2012, para deliberar sobre o aumento do capital social do Panamericano no valor de até R\$ 1,8 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, de até 297.520.662 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal. O aumento de capital tem como objetivo: (i) viabilizar o crescimento das atividades do Panamericano, de acordo com o novo plano de negócios que está sendo implementado pela atual diretoria; (ii) otimizar o aproveitamento do estoque de créditos fiscais atualmente detidos pelo Banco; e (iii) possibilitar a realização, pelo Panamericano, de novos investimentos e aquisições, inclusive com relação à potencial aquisição da Brazilian Finance & Real Estate S.A.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A redução das receitas com operações de arrendamento mercantil, reportada no 1º semestre de 2011, se manteve ao longo do 2º semestre, gerando uma receita de R\$ 627,3 milhões no ano de 2011, comparada à receita de R\$ 764,5 milhões em igual período no ano de 2010. A menor produção no período deveu-se à queda na demanda do mercado de leasing como um todo, aliada ao maior rigor na concessão de créditos sob a nova administração, que fez com que a produção de novas operações diminuisse. Além disso, o fato de os governos estaduais iniciarem a cobrança de todos os encargos de multas e impostos dos veículos financiados via arrendamento dos arrendadores auxiliou na diminuição do interesse nesta modalidade de crédito por parte da Companhia.

As concessões de crédito através de arrendamento mercantil representaram no Panamericano 0,8% dos financiamentos de veículos nos doze meses de 2011, com uma produção média mensal de R\$ 4,5 milhões no período. Apesar da redução no volume de operações e da consequente redução nas Rendas de Intermediação Financeira no período, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira foi de R\$ 31,7 milhões durante o ano de 2011, com um aumento de 37,3% se comparado ao mesmo período de 2010. O Resultado Operacional ficou negativo em R\$ 48,0 milhões, comparado aos R\$ 59,0 milhões negativos no ano de 2010. Esse resultado foi em parte compensado pelo lucro decorrente do reconhecimento de ativos fiscais, fazendo com que a Panamericano Leasing apresentasse, no ano de 2011, um Prejuízo Líquido de R\$ 3,3 milhões, comparável ao prejuízo de R\$ 35,6 milhões em 2010.

AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações financeiras da Companhia passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"), em substituição à Deloitte Touche Tomhatsu Auditores Independentes. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, em 2011 a Panamericano Leasing não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC, não relacionados à auditoria externa, em patamares superiores a 5% do total dos custos desta. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto prejuízo por ação)

	Nota Explicativa	2º semestre		Exercício	
		2011	2011	2011	2010
Receitas da Intermediação Financeira		281.785	627.305	764.466	
Operações de arrendamento mercantil		281.785	626.597	791.944	
Rendas com títulos e valores mobiliários e instrumentos Financeiros derivativos		-	-	708	(27.028)
Despesas da Intermediação Financeira		(297.345)	(595.586)	(741.363)	
Operações de captação no mercado		(48.116)	(112.104)	(141.769)	
Operações de arrendamento mercantil		(194.203)	(428.456)	(534.920)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.d	(55.026)	(55.026)	(64.674)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(15.560)	31.719	23.103	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(41.351)	(79.722)	(82.076)	
Receitas de Prestação de Serviços		62	493	-	
Despesas de pessoal	15	(3.840)	(10.235)	(11.250)	
Outras despesas administrativas	16	(23.683)	(47.556)	(67.212)	
Despesas tributárias	17	(4.913)	(10.740)	(14.399)	
Outras receitas operacionais	9	962	2.909	26.083	
Outras despesas operacionais	18.a	9	44	227	(53)
Outras despesas operacionais	18.b	(9.983)	(14.820)	(15.245)	
Resultado Operacional		(56.911)	(48.003)	(58.973)	
Resultado não Operacional		1.969	3.053	(295)	
Resultado antes da Tributação		(54.942)	(44.950)	(59.268)	
Imposto de Renda e Contribuição Social		21.970	41.675	23.686	
Ativo fiscal diferido		21.970	41.675	23.686	
Prejuízo do Semestre/Exercício		(32.972)	(3.275)	(35.582)	
Prejuízo por Ação - R\$		(2.997,45)	(297,73)	(3.234,73)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	2º semestre		Exercício	
		2011	2011	2010	2010
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					
Prejuízo do Semestre/Exercício		(32.972)	(3.275)	(35.582)	
Ajustes incluídos que não afetam o fluxo de caixa:					
Originado da atividades operacionais:		117.730	184.308	291.997	
Depreciações		194.203	428.456	534.920	
Resultado de participações em coligadas		(44)	(227)	26.083	
Superveniência de depreciação	5	(36.802)	(120.575)	(189.713)	
Despesa (reversão) com provisão de bens não de uso próprio		(441)	(3.475)	4.662	
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		55.026	55.026	64.674	
Provisão para riscos fiscais		3.587	7.359	7.456	
Provisão para ações civis e trabalhistas		3.689	6.001	6.175	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(21.970)	(41.675)	(23.686)	
Lucro na venda de bens arrendados (Lucro) Prejuízo na venda de bens não de uso próprio		(77.990)	(143.973)	(112.838)	
Lucro Líquido ajustado		84.758	181.033	256.415	
Variação de Ativos e Passivos		(197.642)	(474.158)	347.481	
Redução em títulos e valores mobiliários		-	24.537	27.028	
Aumento (Redução) em operações de arrendamento mercantil		26.513	(13.129)	(57.109)	
Recursos de debêntures		21.271	50.221	75.341	
Redução em outros valores e bens		12.189	24.706	13.241	
Aumento (redução) em depósitos		(102.578)	(188.387)	590.606	
Redução em outras obrigações		(155.037)	(372.106)	(301.626)	
Caixa Líquido Proveniente (Usado) Nas Atividades Operacionais		(112.884)	(293.125)	603.896	
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento					
Alienação de bens não de uso próprio		8.672	22.954	43.366	
Alienação de imobilizado de arrendamento		126.577	357.977	394.549	
Aquisição de imobilizado de arrendamento		(17.281)	(75.933)	(80.425)	
Aquisição de bens não de uso próprio		(6.124)	(13.506)	(42.726)	
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) das Atividades de Investimento		111.824	291.492	(185.236)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Dividendos a receber		5	5	-	
Recursos de debêntures		-	-	(418.391)	
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) das Atividades de Financiamento		5	5	(418.391)	
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.055)	(1.628)	269	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/Exercício		2.353	2.926	2.657	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/Exercício		1.298	1.298	2.926	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais - R\$)

	2º semestre	Exercício	
		2011	2011
Receitas	229.751	577.735	725.272
Intermediação Financeira	281.785	627.305	764.466
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(55.026)	(55.026)	(64.674)
Outras	2.992	5.456	25.480
Despesas de Intermediação Financeira	(48.116)	(112.104)	(141.769)
Insuamos Adquiridos de Terceiros	(33.629)	(61.251)	(81.967)
Materiais, energia e outros	(5)	(5)	-
Serviços de terceiros	(20.424)	(40.620)	(55.404)
Outros	(13.200)	(20.626)	(26.563)
Valor Adicionado Bruto	148.006	404.380	501.536
Depreciação, Amortização e Exaustão	(194.203)	(428.456)	(534.920)
Depreciação	(194.203)	(428.456)	(534.920)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	(46.197)	(24.076)	(33.384)
Benefícios	44	227	(53)
Valor Adicionado Recebido em Transferência	44	227	(53)
Resultado de equivalência patrimonial	44	227	(53)
Valor Adicionado Total a Distribuir	(46.153)	(23.849)	(33.437)
Distribuição do Valor Adicionado	(46.153)	(23.849)	(33.437)
Pessoal	3.311	8.803	9.539
Remuneração direta	2.009	5.859	6.672
Benefícios	1.113	2.944	2.866
FGTS	189	856	601
Impostos, taxas e contribuições	(16.528)	(29.502)	(7.564)
Federais	(19.645)	(36.271)	(16.551)
Municipais	3.117	6.769	8.987
Remuneração de capitais de terceiros	36	125	170
Aluguéis	36	125	170
Remuneração de capitais próprios	(32.972)	(3.275)	(35.582)
Prejuízo do semestre/exercício	(32.972)	(3.275)	(35.582)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco e provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Nível	Provisão requerida%	2011			2010		
		A vencer	Vencidos (*)	Total	Provisão	Total da carteira	Provisão
AA	-	-	-	-	-	-	4,220
A	0,50	471.542	-	471.542	2,358	843.995	4,220
B	1,00	34.355	2,042	36.397	364	65.595	656
C	3,00	40.446	3,835	44.281	1,328	59.080	1,793
D	10,00	25.121	3,638	28.759	2,876	29.963	2,776
E	30,00	15.333	2,895	18.218	5,465	18.244	5,479
F	50,00	14.075	3,025	17.100	8,550	11.316	5,568
G	70,00	12.760	3,236	15.996	11,197	8.262	5,783
H	100,00	40.202	16,302	56.504	56,504	22.121	22,121
Total	653,834	34,963	688,797	88,642	1,058,576	48,680	4,60%

d) Sobre total de risco e provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2011	2010
Saldo no início do exercício	48.680	40.715
Saldo oriundo de créditos que retornaram para a carteira	53.748	-
Provisão no exercício	15.026	64.674
Baixas de créditos contra a provisão	(68.812)	(56.709)
Saldo no final do exercício	88.642	48.680

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa nos montantes de R\$ 7,022 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 9,137).

e) Concentração das operações de crédito:

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Maiores devedores				
10 maiores devedores	13.946	2,02	22.944	2,17
50 seguintes maiores devedores	14.001	2,04	16.090	1,52
100 seguintes maiores devedores	16.556	2,40	17.443	1,65
Demais devedores	644.294	93,54	1.002.099	94,66
Total	688.797	100,00	1.058.576	100,00

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2011	2010
Valores a receber em operação de captação garantida (*)	37.054	91.090
Créditos tributários (Nota explicativa nº 23b)	240.855	185.515
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota nº 19a)	87.840	89.912
Depósitos e bloqueios judiciais	10.898	7.580
Valores a receber por venda de bens leiloados	-	256
Outros	6.499	3.682
Total	383.146	378.305

(*) Refere-se a valores a receber oriundos da venda de direitos creditórios de operações de arrendamento mercantil, com vencimento até outubro de 2014.

8. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio:

	Custo	Provisão para perdas	2011	2010
Veículos	4.157	(2.286)	1.871	5.420
Veículos em regime especial	4.182	(3.248)	934	750
Total de outros valores e bens	8.339	(5.534)	2.805	6.170

b) Despesas antecipadas:

	2011	2010
Comissões pagas a lojistas e promotoras (*)	33.957	58.663
Total	33.957	58.663

(*) Estão representados, substancialmente, por comissões pagas a lojistas e promotores de vendas, apropriadas mensalmente ao resultado com base na fluência do prazo dos contratos a que se referem.

	Nota Explicativa	2011		2010	
		2011	2010	2011	2010
Passivo Circulante		599.624	803.011		
Depósitos		274.136	431.716		
Depósitos interfinanceiros	12a	274.136	431.716		
Outras obrigações		315.488	371.295		
Fiscais e previdenciárias	13a	597	946		
Diversas	13b	314.89			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando informado)

9. PARTICIPAÇÃO EM COLIGADA

a) Coligadas:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social	Lucro líquido ajustado	Saldo do investimento		Ajuste decorrente de avaliação	
						2011	2010	2011	2010
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	12.388	12.893	3	21,01%	1.080	2.709	2.487	227	(53)
Total						2.709	2.487	227	(53)

10. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				2011	2010
Veículos e afins	20% a 57,10%	1.428.821	(924.493)	504.328	1.004.932
Superveniência de depreciação		844.661	-	844.661	790.008
Total em 31 de dezembro de 2011		2.273.482	(924.493)	1.348.989	-
Total em 31 de dezembro de 2010		2.620.606	(825.666)	-	1.794.940

O rendimento dos bens arrendados é efetuado pelas arrendatárias, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

11. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011	2010
• Depósitos interfinanceiros (1)	53.856	165.065	55.215	331.965	606.101	-
Total em 31 de dezembro de 2011	53.856	165.065	55.215	331.965	606.101	-
Total em 31 de dezembro de 2010	40.216	33.128	358.372	362.773	-	794.489

São representados por captações em depósitos interfinanceiros pós-fixados junto ao Banco Panamericano S.A., controlador da Companhia. As captações pós-fixadas, com vencimento até dezembro de 2014, estão atreladas à variação do CDI mais juros, sendo a taxa mínima de 1,95% ao mês e a máxima de 1,98% ao mês.

b) Despesas de depósitos:

	2011	2010
Depósitos interfinanceiros (1)	91.504	30.228
Total	91.504	30.228

(1) Classificada em despesas com operações de captação no mercado.

12. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Obrigações legais:

Refere-se à provisão para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e para o Programa de Integração Social - PIS, no montante de R\$ 42.504 (R\$ 35.145 em 31 de dezembro de 2010) que vêm sendo questionados judicialmente, e encontram-se amparados por sentença favorável de primeira instância. A Companhia está questionando essas contribuições na forma da Lei nº 9.718/98, e, segundo seus assessores jurídicos, as chances de êxito são prováveis.

b) Provisão para contingências:

A Companhia está envolvida em processos de naturezas cíveis e trabalhistas, representados por ações de danos morais e reclamações trabalhistas diversas. As respectivas provisões são constituídas conforme os critérios descritos na nota explicativa nº 3k, sempre que a perda for avaliada como provável que leva em consideração as avaliações e posicionamentos dos assessores jurídicos que patrocinam as ações.

I - Provisões segregadas por natureza:

	2011	2010
Processos cíveis	5.173	1.626
Processos tributários	7.188	5.541
Processos trabalhistas	1.211	405
Subtotal (1)	13.572	7.572
Provisão para riscos fiscais (2)	42.504	35.145
Total	56.076	42.717

(1) Nota 13b; e

(2) Classificados na rubrica "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" (Nota 13a).

II - Movimentação das provisões:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais	Total
Saldo no início do exercício	405	1.626	5.541	7.572	35.145	42.717
de reversões e baixas	806	3.573	1.647	7.359	7.359	13.359
Saldo 31 de dezembro de 2011	1.211	5.173	7.188	13.572	42.504	56.076

III - As ações em aberto possuem as seguintes classificações de risco:

Classificação de risco	2011		2010	
	Quantidade de processos	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Perda provável:				
Trabalhistas	16	6.058	1.211	405
Cíveis	3.096	48.741	5.173	1.626
Tributárias	20	6.123	7.188	5.541
Total	3.132	60.922	13.572	7.572

Não existem em curso outros processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou que possam gerar o pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado da Companhia.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias:

	2011	2010
Obrigações fiscais diferidas (Nota nº 23b)	211.165	197.502
Provisão para riscos fiscais (Nota nº 12b)	42.504	35.145
Revis Lei nº 11.941/09	393	338
Outros	547	946
Total	254.609	233.931

b) Diversas:

	2011	2010
Obrigações por recursos tomados com garantia	42.277	334.972
Credores por antecipação de valor residual	674.376	752.482
Arrendamento financeiro a liberar	-	751
Provisão contingências cíveis, trabalhistas e tributárias (Nota nº 12b)	13.572	7.572
Outros	4.852	5.060
Total	735.077	1.100.837

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 11.000 ações ordinárias, nominativas, no valor unitário de R\$ 12.865,59 (R\$ 12.865,59 em 31 de dezembro de 2010) cada uma.

b) Reservas de lucro:

Reserva legal - Nos termos do estatuto social, da Companhia deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Companhia. Ademais, a Companhia poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Os acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 5% sobre o lucro líquido e anual ajustado na forma da lei. Não foi proposto dividendo, por não haver saldo em rubrica de lucros.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Luiz Acar Pedro
Eduardo Nogueira Domeque
Luri Rapoport

DIRETORIA

José Luiz Acar Pedro
Willy Otto Jordan Neto
Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa
Leandro de Azambuja Micotti

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários para as sociedades de arrendamento mercantil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (nota 3 (e)). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e das receitas e despesas de arrendamento mercantil, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, mas apreciam a apuração do lucro líquido e o apresentação do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não-reclassificação descrita no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Limites Operacionais Regulatórios

Consoante descrito em nota 20, a Instituição, como parte integrante do Conglomerado Panamericano, tem seus limites operacionais calculados de forma consolidada com os de seu controlador, o Banco Panamericano S.A. ("Banco"). Os limites operacionais regulatórios do Banco, na data-base de 31 de dezembro de 2010 e de 2011, encontravam-se desequilibrados dos limites requeridos pelo Banco Central do Brasil. Em 2011, foram aportados recursos no Banco, no valor de R\$ 1.300 milhões e recebido depósito de acionista no valor de R\$ 620 milhões para fins de recomposição patrimonial do Banco. Adicionalmente, em janeiro de 2012 foi aprovado aumento de capital do Banco no valor de até R\$ 1.800 milhões, dos quais R\$ 972 milhões foram subscritos e integralizados em 31 de janeiro de

instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consistem em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociação. As operações de compra de intencão de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou operados, ou realização de arbitragem; e

Carteira *Banking*: operações não classificadas na Carteira *Trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Companhia, seus eventuais *hedges* e todas as demais exposições não classificadas na Carteira *Trading*.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*), conforme as determinações da Instrução CVM nº 475/08. Os resultados reproduzem os potenciais impactos das exposições financeiras das Carteiras (principalmente do fator taxa de juros), em situação de estresse. Entretanto, não implicam necessariamente em realização de prejuízo financeiro ou contábil para a empresa. A administração pode alterar a sua estratégia, através de mecanismos de mercado, reposicionando os seus ativos e passivos e seus respectivos fatores de risco, o que minimiza o impacto de uma eventual mudança de cenário.

A análise de sensibilidade foi efetuada o impacto do cenário base (dados de posição de 30 de dezembro de 2011), sendo considerados sempre os impactos negativos às dosados porções para cada vértice/vencimento. Os efeitos desconsideram impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a.

Análise de Sensibilidade em 30 de dezembro de 2011.

Fatores de risco	Carteiras <i>Trading</i> e <i>Banking</i>		Cenários		
	Exposições sujeitas à variação	Taxas de Juros Pré-Fixadas	(1)	(2)	(3)
Total	(87)	(21.894)	(87)	(21.894)	(42.295)

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia contribui mensalmente para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, entidade de previdência privada aberta, com um percentual sobre a folha de pagamento, com o objetivo de complementar os benefícios prestados pela previdência social em um plano de contribuição definida. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantém 87 participantes ativos, sendo o montante de sua contribuição de R\$ 116 (172 participantes e contribuição de R\$ 63 em 2010).

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	2011	2010
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	23.869	(44.950)
Imposto de renda e contribuição social	(4.910)	(59.268)
de acordo com a alíquota vigente (Nota nº 3k)	17.980	23.707
Ajuste do Crédito Tributário Exercícios Anteriores	2.136	-
Eliminado do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:	(13)	-
Resultado de equivalência patrimonial	73	(21)
Outras	21.499	-
Imposto de renda e contribuição social de 2011	41.675	23.686

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.186	43.758	(20.462)	31.482
Provisão para contingências cíveis	243	1.719	-	1.962
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	13.346	2.968	-	16.314
Provisão para contingências trabalhistas	159	323	-	482
Provisão para contingências tributárias	2.216	659	-	2.875
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	-	2.211	-	2.211
Provisão para gratificação a funcionários	-	13	-	13
Outras provisões	-	15	-	15
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	24.150	51.666	(20.462)	55.354
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	14.044	10.472	-	24.516
Prejuízo fiscal sobre receita de superveniência	147.321	13.664	-	160.985
Total dos créditos tributários	185.515	75.802	(20.462)	240.855
Obrigações fiscais diferidas (Nota nº 13a)	(197.501)	(13.664)	-	(211.165)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	(11.986)	62.138	(20.462)	29.690

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no plano de negócios apresentado ao Conselho de Administração, elaborado mediante estudo do cenário atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que a Companhia gerar lucros tributáveis para compensar os prejuízos fiscais de acordo com o limite estabelecido pela legislação fiscal e à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculadas sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

Apresentamos a seguir a movimentação de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
2011	-	4.616	-	13.721	-	18.337
2012	18.166	4.617	18.902	12.056	37.068	16.673
2013	23.270	524	13.394	29.093	36.664	29.617
2014	4.869	524	14.938	58.897	19.806	59.421
2015	4.658	524	21.097	47.598	25.756	48.122
2016	3.351	-	12.893	-	16.244	-
2017	101	-	21.603	-	21.704	-
2018	939	-	22.486	-	23.425	-
2019	-	-	26.294	-	26.294	-
2020	-	-	31.127	-	31.127	-
2021	-	-	31.227	-	31.227	-
Total	55.354	24.150	185.501	161.365	240.855	185.515

Em 31 de dezembro de 2011, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando-se a taxa média de inflação, totalizava R\$ 147.752 (R\$ 125.189 em 31 de dezembro de 2010).

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos;

b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não foram pagas remunerações aos administradores; e

c) Resultado não operacional refere-se, substancialmente, a lucro na venda de bens não de uso.

CONTADOR

Sergio de Jesus
CRC 1SP198209/O-2

Aos Administradores e Acionistas

Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.** ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para sua elaboração e demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter